



INCLUSÃO NUMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Trabalho de: DAGIELE BEATRIZ FRITSCH (dagibf@hotmail.com), REGINA SMANEOTO (resmaneoto@yahoo.com.br).

Orientado por: CECILIA SMANEOTO (cissacla12@terra.com.br). SETREM

Resumo

Durante anos, tem-se observado um grande desencontro de informações entre profissionais de várias áreas sobre a questão da diversidade e da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais e sua inserção no mercado de trabalho. Busca-se neste trabalho, a igualdade entre pessoas portadoras de necessidades especiais e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade de acordo com as leis impostas na Constituição Federal de 1988, identificando nas diferenças, todos os direitos que lhes são pertinentes. Para este trabalho analisou-se a percepção dos colaboradores em cargos não gerenciais numa instituição financeira de Três de Maio, sobre a diversidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ambiente organizacional. Para o respectivo trabalho utilizou-se dos métodos de abordagem quali-quantitativa e do método dedutivo, quanto aos métodos de procedimentos empregou-se o histórico, o monográfico ou estudo de caso, a pesquisa de campo, a pesquisa exploratória, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Utilizou-se embasamento teórico sobre o que são deficiências, os tipos de deficiências, o que é diversidade, juntamente com o estudo da legislação vigente que auxiliaram no entendimento sobre o tema. Os questionários com perguntas fechadas e abertas possibilitaram a identificação da percepção dos colaboradores e do portador de necessidades especiais, sobre a diversidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, contribuindo para evidenciar pontos de aperfeiçoamento para efetiva inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais e o esclarecimento sobre a diversidade.

Palavras chaves: Inclusão, legislação, mercado de trabalho, diversidade.

Referências

ABELING, Andréia; LEHNHARDT, Karin Sidineia. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SICREDI NOROESTE. Trabalho de Conclusão de Curso. Sociedade Educacional Três de Maio. Faculdade Três de Maio. Curso de Bacharelado de Administração. Três de Maio, 2011.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiências. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Constituição, Brasília, DF, 2003a. Disponível em: . Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Federação Nacional das APAEs. Legislação Comentada para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade Civil Organizada. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.956 de 08 de Outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: . Acessado em: 28 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Federação Nacional das APAEs. Legislação Comentada para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade Civil Organizada. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei 5.764/71, 16 dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. LEI 8.213 de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: . Acessado em: 28 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina e atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Federação Nacional das APAEs. Legislação Comentada para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade Civil Organizada. Brasília, 2001.

BULGARELLI, Reinaldo. Inclusão e Diversidade. Disponível em: . Acessado em: 16 de Abril de 2012.

BÜTTENBENDER, Pedro I. Gestão de cooperativas. Fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos. Ed compacta 7ed São Paulo: atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 1991.

GULLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA, Mario Luiz Santos. Metodologia da Pesquisa: normas para Apresentação de Trabalhos: Redação, Formatação e Editoração. Três de Maio: Sociedade Educacional Três de Maio, 2005.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. Metodologia Científica, Editora Atlas S.A., São Paulo SP. 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. – são Paulo : Atlas, 2006.

MILKOVICH, George T.; boudreau, John W.; Administração de Recursos Humanos. Ed São Paulo: Atlas, 2000. OCB. Disponível em: ,Acesso em : 30 out. 2011.

SILVA, E. L. d.; MENEZES, E. M. Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000,118 p.[online] - <http://www.ead.ufms.br/marcelo/orienta/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf> YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.